

Artigo

As fronteiras entre a filosofia da história e a teoria da história: alguns apontamentos

The boundaries between the philosophy of history and the theory of history: some notes

Alan Marques de Pinho¹ e Luiz Henrique Bechtluft Bade²

¹Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro. E-mail: alanmarques075@gmail.com;

²Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro. E-mail: luizhenriquebbade@gmail.com.

Submetido em: 28/07/2024, revisado em: 09/08/2024 e aceito para publicação em: 13/08/2024.

Resumo: As filosofias da história e as teorias da história são campos distintos que, de certa forma, relacionam-se entre si. Tais ramos ocupam-se do mesmo objeto divergindo nos seus objetivos. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar os pressupostos epistemológicos das filosofias e das teorias da história, suas especificidades e os possíveis diálogos entre tais campos. Metodologicamente, faz-se uso de um levantamento historiográfico por meio da análise das obras de autores como Lowith (2007), Julião (2010) e Little (2016) especificamente sobre filosofia da história e utilizando-se da contribuição de Barros (2012) ao descrever o surgimento do conceito de teoria da história e no que diz respeito ao diálogo efetivo entre os dois campos — além da análise de outras literaturas da mesma natureza. Para elucidar tais questões, perpassa-se em princípio pelo advento das filosofias da história e a consequente pretensão à cientificidade do século XIX representada na consolidação da teoria da história como um campo próprio dentro da disciplina História, evidenciando o caráter metodológico da teoria frente a especulação da filosofia. Desta maneira, tal pesquisa busca fornecer elementos para a discussão sobre as ingerências de um campo no outro e suas dissonâncias intrínsecas à sua própria definição. Neste sentido, busca-se, por fim, delimitar os espaços de cada campo, seus objetivos e hipóteses, evidenciando suas aproximações dentro do próprio processo de consolidação epistemológica de cada área e uma breve exposição dessa relação no século XX.

Palavras-chave: Filosofia da História; Teoria da História; Epistemologia.

Abstract: Philosophies of history and theories of history are distinct fields that, in a certain way, are related to each other. These branches deal with the same object, differing in their objectives. Therefore, this article aims to analyze the epistemological assumptions of philosophies and theories of history, their specificities and possible dialogues between such fields. Methodologically, a historiographical survey is used through the analysis of the works of authors such as Lowith (2007), Julião (2010) and Little (2016) specifically on the philosophy of history and using the contribution of Barros (2012) to the describe the emergence of the concept of theory of history and with regard to the effective dialogue between the two fields — in addition to the analysis of other literature of the same nature. To elucidate such questions, we first go through the advent of philosophies of history and the consequent claim to 19th century scientificity represented in the consolidation of the theory of history as its own field within the discipline of History, highlighting the methodological character of the theory in the face of speculation of philosophy. In this way, such research seeks to provide elements for the discussion about the interference of one field in the other and its intrinsic dissonances to its own definition. In this sense, we seek, finally, to delimit the spaces of each field, their objectives and hypotheses, highlighting their approaches within the process of epistemological consolidation of each area and a brief exposition of this relationship in the 20th century.

Key-words: Philosophy of history; Theory of history; Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

As filosofias da história e as teorias da história são campos autônomos, distintos. Na mesma medida, tocam-se. Para além das continuidades entre as duas áreas, estabelecer diferenças é, para qualquer historiador, fundamental. O objeto de ambos campos de conhecimento é o mesmo, a “história” — ora como o próprio devir, ora como campo do conhecimento —, mas seus objetivos ou a *causa finalis* são essencialmente divergentes. Enquanto as abordagens filosóficas acerca da história essencialmente se preocupam com o sentido ou significado da história¹ (certa ontologia da história); as teorias se configuram como meios racionalmente conduzidos que possibilitam o fazer historiográfico e refletem sobre a possibilidade do conhecimento sobre o passado (certa epistemologia da história). Neste último sentido, as teorias da história estabelecem profundo diálogo com o caráter metodológico que baliza a produção dos historiadores sobre determinado fenômeno histórico.

Para tanto, tal pesquisa primeiramente se divide em seções analíticas dos campos separadamente, para enfim discutir suas ingerências e possíveis contribuições nas seções finais.

De antemão, discute-se o florescer das filosofias da história no século XVIII — a historicidade propícia para tal — e sua conceituação a posteriori. Utilizando de uma análise historiográfica, é empreendido um esforço para a delimitação da historicidade em questão partindo das contribuições de Koselleck (2006) e o surgimento da narrativa filosófica na busca de um sentido para a história tal qual Kant, Hegel e outros autores propuseram neste período.

Na seção seguinte evidencia-se o caráter científico do século XIX como um possibilitador do surgimento das teorias da história. Por meio da análise das contribuições de Barros (2012), lista-se autores e obras de caráter historiográfico que confirmam a delimitação de um novo campo na disciplina história. A saber, preocupado com o seu caráter metodológico e científico.

Posteriormente, a pesquisa ocupa-se em delimitar os pressupostos epistemológicos de cada campo revelando suas dissonâncias no que tange seus objetivos e métodos, além de descrever suas aproximações na consolidação inicial dos ramos e, principalmente, nas discussões que surgem no século XX por meio de Whyte e Ankersmit. Visto que, a filosofia da história em certa medida, a partir do século XX, busca evidenciar o caráter científico da história com pressupostos analíticos e questões da própria natureza da disciplina. A teoria da história, por sua vez, estabelece que a história é um campo cientificamente orientado — naturalmente pela sua existência como

campo próprio da história — e postula epistemologicamente métodos para a produção histórica.

Ambos relacionam-se e distanciam-se entre si equitativamente ao longo da história. Ora, quais são então as fronteiras, os limites, as contribuições e ingerências entre esses dois paradigmas no que tange a consolidação de cada campo? Elucidar o surgimento dessa dicotomia “filosofias da história” e “teorias da história”, sua relação no decurso do tempo e as especificidades de cada campo, é o esforço primordial desta pesquisa.

O FLORESCER DAS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA: O SENTIDO DA HISTÓRIA

Mediante a pluralidade de vozes dentro do campo “filosofia da história”, delimitar um conceito geral não é uma tarefa fácil, sobretudo pode-se afirmar que é um conceito essencialmente polifônico a qual uma definição específica depende da concepção de história que se emprega na análise determinada (Belvedresi, 2016). Em última instância, as filosofias da história preocupam-se em elaborar um discurso sobre o sentido da história e o desenvolvimento progressivo, num maior ou menor grau de teleologia, mas substancialmente especulativo, em resumo, é “a interpretação sistemática da história do mundo de acordo com um princípio reitor, pelo qual eventos históricos e consequências estão relacionados, referindo-os a um significado último”² (Lowith, 2007, p. 13).

Tomando como base as contribuições de Reinhart Koselleck (2006), percebemos que o século XVIII é o período propício para o surgimento das filosofias da história. Por meio da percepção do tempo histórico, fruto do início do período moderno, e o aparecimento do termo *Geschichte*³ em contraposição ao termo *Historie*⁴, os sujeitos da modernidade começam a enxergar a história com um processo temporal no qual os eventos históricos relacionam-se entre si em prol de um futuro, desta maneira, “o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela” (2006, p. 31), promovendo ganhos epistemológicos para a atuação da filosofia neste campo específico. Logo, as filosofias da história aparecem como uma antecipação do tempo histórico, ou como uma narrativa teleológica da marcha humana perante um novo horizonte de expectativa, consequentemente, “a fixação de autores em uma situação determinada mostra-se como pretexto para um processo histórico” (2006, p. 37), é nessa lógica que a

¹ A questão pontuada faz-se presente, especificamente, na modalidade da filosofia da história denominada *filosofia substantiva da história*, ou ainda *filosofia especulativa da história*, protagonizada por figuras como Kant e Hegel. A filosofia da história, contudo, distancia-se de tais pressupostos em suas vertentes mais recentes, como ver-se-á.

² Tradução nossa.

³ Sequência unificada de relatos, atribuindo para a História um único processo temporal ou a singularização semântica da história.

⁴ Diversas narrativas particulares, “desconexas” entre si, ausente de uma linha temporal contínua.

filosofia da história surge como um gênero próprio.

Para além das divisões realizadas dentro do campo da Filosofia da História⁵, as filosofias da história, sejam teológicas (por meio de uma teleologia escatológica) ou especulativas (com a marcha para o progresso), são primordialmente uma ferramenta de interpretação do mundo e do sentido da história como um processo total, logo, cada concepção singular filosófica propõe uma explicação do sentido do curso da história. Aspirando uma contribuição efetiva para a discussão, o autor José Nicolas Julião (2010) esclarece que uma filosofia teológica da história — “superada” na modernidade e na concepção de uma história imanente⁶, produzida a partir de si — evidencia a visão providencialista do processo histórico sendo explicado pelo desígnio de uma autoridade externa e sobrenatural, e uma filosofia metafísica ou especulativa (típica do século XVIII) é uma reflexão filosófica para a elucidação do motor da história contemplando categorias transcendentemente constituintes ou ontologicamente determinantes no processo histórico. Independentemente da origem da explicação sobre o curso da história, ambas as concepções tangem o objetivo significativo da reflexão filosófica no que se refere ao sentido do desenvolvimento histórico. Por fim, o autor conclui que:

Cada uma dessas concepções se deixa identificar, em certa medida, por referência ao paradigma distinto que assume para a elucidação do que pode ser preliminarmente chamado de ‘motor’ da História, a saber, daquilo que é determinante no processo histórico em seu todo ou, simplesmente, do sentido da história (2010, p. 237)

À título de exemplo, autores como Kant e Hegel, na segunda metade do século XVIII e início do XIX, interpretam a história como uma sucessão de fases que segue um sentido linear e teleológico, para aquele por meio da marcha regular e na crença racional que possibilita o progresso, e para este através da ação do espírito em busca da sua liberdade, a qual se desenvolve progressivamente. Nitidamente os dois indivíduos, preocupados com o sentido da história, postulam “questões metafísicas sobre a realidade histórica como um todo” (Little, 2016, p. 19).

Não obstante, as filosofias da história emanam

da necessidade coletiva de repensar as relações passado-presente herdadas, ou seja, refletem sobre “como os seres humanos se relacionam com o seu passado” (OHARA, 2014, p. 73) e, consubstancialmente, movem-se para o futuro. As filosofias da história não se configuram meramente como a secularização do paradigma escatológico vivenciando até o século XVI, com a expectativa e a constante suspensão do fim do mundo, ou como a reinterpretação da história *Magistra Vitae*, mas se consolidam como novas formas de pensar a história, sua temporalidade e a relação dos homens entre passado, presente e o futuro não experimentado (mas desejado e esperado teleologicamente).

Todavia, as propostas das filosofias da história que englobam necessariamente a história universal foram rapidamente objeto de crítica tanto por parte dos historiadores e sua aspiração científica quanto por outras pautas filosóficas analíticas que questionavam seus pontos de partida. É na transição do século XVIII para o XIX que se percebe o surgimento das teorias da história como o contraste científico ao caráter especulativo da filosofia, mas engana-se quem designa um olhar desatento ou divisor para a coexistência desta dicotomia, evidentemente tais campos se tocam à medida que visam distanciar-se, uma vez que as próprias filosofias da história estabeleceram, direta e indiretamente, condições epistemológicas para que sejam trazidas para a discussão historiográfica as questões teóricas e metodológicas, tema este que será abordado a seguir.

PRETENSÃO À CIENTIFICIDADE HISTORIOGRÁFICA: O ADVENTO DAS TEORIAS DA HISTÓRIA

Indubitavelmente, a Teoria da História como subcampo disciplinar é um elemento essencial na produção historiográfica, sendo o horizonte obrigatório para o ofício do historiador, o “olhar para si mesmo” e uma reflexão sobre o fazer historiográfico é ação vital para todos os profissionais de história. Cabe então refletirmos sobre o surgimento das teorias da história.

Quando surge um campo próprio definido como Teoria da História e que condições tornam possível o surgimento das teorias da história no esforço reflexivo sobre o fazer histórico? Tais perguntas não encontram sua resposta na simples continuidade intelectual entre filosofia e teoria e muito menos na ruptura total entre estes dois paradigmas. Todavia, tanto as discordâncias epistemológicas quanto a mútua contribuição entre os dois pólos compõem este novo campo disciplinar. Acima de tudo, o contexto da cientificidade que se abre para as ciências humanas no século XIX é o elemento primordial para a emergência da Teoria da História, não obstante, é neste período que

histórica que o futuro resulta da ação social humana e não essencialmente pela predestinação divina.

⁵ Ramo específico do campo disciplinar da Filosofia.

⁶ A consolidação do Estado Moderno, o zelo pela razão e o caráter científico compõem uma percepção

há uma maior pretensão à cientificidade historiográfica, fazendo jus ao título de “século da história” que é resultado da “mudança de método na forma de se fazer história, e, por conseguinte nas elucidações do seu caráter epistêmico” (Julião, 2010, p. 241).

Ainda que Kant, Hegel ou Voltaire não se refiram a história como uma ciência, suas filosofias e contribuições demonstraram um avanço quanto às questões epistemológicas e metodológicas, e no século XIX por consequência, juntamente da pretensão à cientificidade peculiar à historicidade do período, a especialização centrada na figura do historiador — e a consequente formação de uma “comunidade de historiadores” — constituem as condições necessárias para o desenvolvimento das teorias da história. Desta maneira, D’Assunção Barros pormenoriza:

Multiplicam-se as questões que indagam pelo tipo de relação que se pode estabelecer entre o sujeito de produção do conhecimento histórico e o seu objeto de estudo; surge a preocupação com a fixação de um vocabulário comum, ou mesmo de um novo âmbito conceitual – seja no que se refere à “Teoria da História” no sentido mais amplo, como base de toda a matriz disciplinar da história, seja no âmbito mais localizado de cada ‘teoria da história’ em particular (BARROS, 2012, p. 369-370).

Para a estabilização da teoria da história fora necessária a eclosão de uma comunidade científica que pensasse sobre a história, não como um tempo linear, progressivo e passível de um significado a priori como em outrora, outrossim, como um grupo que reflete sobre como a realidade histórica (de uma unidade passada) pode ser percebida através das fontes e dos métodos empregados. Surge a partir deste momento, tanto uma preocupação em consolidar um novo campo disciplinar mais adequado aos moldes científicos, quanto um estímulo à produção de novas correntes de pensamento reflexivo, não mais no âmbito das “filosofias da história”, mas com a roupagem e título de “teoria da história”, eis aqui o advento dos paradigmas historiográficos do século XIX. Ao nos referirmos aos paradigmas historiográficos oriundos das teorias da história vigentes, nota-se o sucesso, de certo modo, da aspiração à cientificidade histórica na mesma medida que é possível identificar resquícios de uma concepção filosófica da história, dito isto, podemos evidenciar três

principais correntes: Positivismo, Historicismo e Materialismo.

O positivismo como teoria da história com o seu predecessor Auguste Comte (1798-1857), embora tenha contrapontos a posteriori realizados por historiadores sobre seus pareceres teóricos, foi uma teoria que evidenciou o caráter científico da história, colocou em voga a objetividade do cientista diante do seu objeto e contribuiu quanto a percepção sobre metodologias e valorização das fontes para o trabalho historiográfico. Contudo, vale ressaltar o caráter especulativo filosófico imprescindível na elaboração de tal teoria, o desenvolvimento da humanidade e dos campos do conhecimento mediante uma caminhada progressiva em três estágios (teológico, metafísico e positivo).

Quanto ao Historicismo, podemos referenciar Wilhelm Dilthey (1833-1911) ou Leopold Von Ranke (1795-1886). É possível afirmar que tal teoria trouxe contribuições no que cerne a diferenciação entre Ciências da Natureza e Ciências do Espírito, aquelas preocupadas em explicar e estas dedicadas a compreensão, e o distanciamento do método das Ciências Humanas em comparação a outras ciências, o qual não contava com a instauração de leis gerais. Contudo, defendem a ideia que é impossível uma objetividade do historiador diante do seu objeto, pois uma vez fruto do seu tempo, é passível de influência subjetiva das suas condições de sua existência e dos nexos que orientam sua pesquisa e escolhas, porém, não impede a cientificidade de sua pesquisa⁷.

Por último, tem-se o Materialismo Histórico Dialético proposto inicialmente por Karl Marx (1818-1883). Tal teoria colabora com acréscimos metodológicos para a análise histórica, além de desenvolver uma pesquisa para determinada realidade histórica, suas classes e a sucessão dialética dos modos de produção. Dotada de uma visão que abrange relações sociais, econômicas e políticas, tal teoria traz consigo uma nova perspectiva historiográfica. No entanto, aproxima-se também da filosofia da história ao propor uma espécie de “fim da história” com o rumo das sociedades humanas sendo definido pela incessante luta de classes, a qual acabará na instauração do modo de produção socialista.

Em suma, a consolidação da história como uma disciplina cientificamente orientada, legitimada pelas teorias da história, é o grande marco da separação dos campos entre e as “tribos dos filósofos” e a “tribo dos historiadores” — expressão cunhada por D’Assunção Barros. Apesar do interesse em demarcar as especificidades de cada campo no advento do século XIX, por conta da ambiguidade dos teóricos da história ao transitarem por princípios da filosofia da história, “não raramente uns acabam por acusar os outros – mesmo que estes se proponham a realizar seus projetos estritamente no âmbito da ‘Teoria da História’– de serem no fundo filósofos da história” (BARROS, 2012,

⁷ Posteriormente, Max Weber, tece algumas contribuições no que se refere a juízos de valor e juízos

de fato no trabalho de pesquisa científica. Ver: WEBER, Max; **Ciência e política: duas vocações**; São Paulo; SP; Cultrix, 1967. p. 40.

AS DISSONÂNCIAS ENTRE FILOSOFIA DA HISTÓRIA E TEORIA DA HISTÓRIA: ENTRE A ESPECULAÇÃO FILOSÓFICA E O FAZER HISTORIOGRÁFICO

Apesar das ingerências visíveis de um campo no outro, principalmente da filosofia da história na reflexão proposta pelos paradigmas historiográficos do século XIX, ao longo da história, cada campo buscou consolidar-se individualmente, distanciando-se por meio do estabelecimento efetivo das premissas que movem cada esfera intelectual, suas metodologias distintas, seus objetivos primordiais e estipulando o papel do intelectual dentro de cada ramo do conhecimento. Decerto, frente ao caráter especulativo das “filosofias”, as “teorias”, prontamente rejeitando a especulação como fundamento, sobrepõem uma espécie de realidade histórica, dessa forma, é justo dizer que há uma diferença de premissas: os filósofos analisam a história-processo em sua universalidade progressiva, enquanto os teóricos refletem sobre uma realidade social específica percebida por meio da investigação científica.

Destarte, quanto às diferenças epistemológicas e das especificidades de cada intelectual em cada campo, de acordo com D’Assunção Barros (2012) os filósofos se dedicam a refletir sobre a “história objeto” — eventos processuais e contínuos dos homens no tempo — e os teóricos destinam sua análise para a “História disciplina” — as condições epistemológicas e metodológicas que possibilitam o fazer historiográfico. Não obstante, pensar filosoficamente sobre a história é diferente de pensar teoricamente sobre a história, em última instância, o que difere tais campos de conhecimento é o seu objetivo, enquanto a filosofia da história ocupa-se em desvendar um sentido da história ou do desenvolvimento humano não se desvinculando do caráter especulativo a priori, a teoria da história busca delimitar o espaço historiográfico como um lugar legitimamente científico passível de produção técnica, realizada por historiadores, sobre o passado.-

Basicamente, as filosofias da história buscam refletir sobre “para onde caminha o mundo” (Barros, 2012, p. 376), sobre o sentido e o desenvolvimento humano na história através do conhecimento especulativo, e as teorias da história questionam-se sobre “como funciona o mundo social e como este funcionamento se tem expressado na História através de uma realidade concreta que pode ser percebida através das fontes” (2012, p. 377), em suma, os teóricos da história buscam delimitar no seu fazer histórico através das fontes e da demarcação de alguma teoria da história para refletir sobre uma realidade concreta. O fazer histórico, orientado cientificamente pela teoria, não consiste em apenas refletir sobre uma unidade de passado repensando as relações passado-presente herdadas e o desenvolvimento a posteriori (OHARA, 2014), pelo contrário, ele é sobretudo o reflexo da pretensão à cientificidade historiográfica que postula um

conhecimento específico sobre o passado, sem uma pretensão significativa ou qualitativa para o sentido final da história mas visando um argumento científico — um produto de conhecimento efetivo — por meio da soma da erudição a teoria para elucidar um passado já superado. Em síntese, as afirmações históricas dependem da análise factual e do raciocínio teórico. Quanto ao trabalho histórico e o papel da teoria no fazer historiográfico, Michel de Certeau afirma:

O trabalho histórico, inclusive em seu aspecto de erudição, não se limita, portanto, a reunir objetos encontrados, mas incide essencialmente sobre a correlação entre eles. Ao combinar a multiplicação dos vestígios (papel da erudição) e a invenção de hipóteses ou de pertinências (papel da teoria), ele instaura um sistema de relações: mediante tal procedimento é que ele produz o conhecimento de um passado, ou seja, de uma unidade (biográfica, ideológica, econômica etc.) já superado (ainda mesmo que haja ‘sobras’ disso, retiradas de outros sistemas). (Certeau, 2021, p. 56).

Outro ponto divergente é a coletividade das teorias da história frente à singularidade das filosofias da história. A filosofia da história configura-se facilmente como um espaço singular de reflexão sobre a história, basicamente são realizações pessoais de filósofos que se preocupam com a história-processo, uma é a “filosofia de Kant”, “outra de Hegel” e “outra diferente de Condorcet”, todas tem o caráter especulativo em comum, contudo certa filosofia da história se estabelece como um espaço singular de reflexão — ainda que seja objeto de estudo e passível de ingerência intelectual a posteriori — que esgota-se em si mesmo. As teorias da história divergentemente são, em sua essência, espaços coletivos de reflexão acerca da história — mais precisamente sobre o fazer historiográfico —, a reflexão de uma comunidade científica, após a consolidação da teoria de determinado autor, sobre as suposições, métodos e explicações estabelecidas por esta é o caráter coletivo das teorias da história que materializa-se na historiografia. Sem embargo, a criação de uma comunidade específica como “um grupo inter-relacionado de historiadores que compartilham um número significativo de suposições específicas sobre prova, explicação e narrativa” (Little, 2016, p. 26) é um dos resultados da coletividade das

teorias da história. Consolidando assim a teoria como um mecanismo que demarca todo o fazer historiográfico e o olhar de determinada comunidade perante o objeto.

Desta maneira, D'Assunção Barros expõe:

Com o seu texto e seu discurso, o 'filósofo da história' proclama: 'esta é a minha concepção acerca da história'; nela vejo este sentido, e não aquele. Em contrapartida, a "teoria da história" é ainda mais do que uma concepção pessoal de um homem de letras: o historiador ou pensador que a formula agrega a seu pensamento, muito frequentemente, um certo programa de ação que oferece à comunidade de historiadores; ou, o que vem a ser análogo, ele adere a um programa de ação que já existe, eventualmente aperfeiçoando-o ou acertando as arestas de um paradigma. Em poucas palavras, o pensador que formula, adere ou acrescenta algo a uma "teoria da história", insere-se de imediato em uma comunidade de historiadores, notadamente em um certo setor desta comunidade historiográfica, ou ao menos dialoga com esta comunidade constituída pelo conjunto de historiadores, no caso de não ser um pensador de outra área. (BARROS, 2012, p. 370-371)

Enquanto as filosofias da história são majoritariamente obras individuais, as condições necessárias para a consolidação das teorias da história é o espaço coletivo de reflexão sobre a história, tanto no lugar institucional (a universidade) com um "olhar para si" quanto nas comunidades científicas com a delimitação de métodos para o ofício do historiador.

APROXIMAÇÕES ENTRE TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA: O SÉCULO XX

Com efeito, muitas distinções podem ser pontuadas entre teoria e filosofia da história como ambos os campos são entendidos até as primeiras décadas do século XX. Todavia, uma série de desenvolvimentos observados neste último campo (principalmente a partir da década de 1940) são responsáveis por complexificar a discussão a respeito de diferenças e pontes entre a teoria da história e a filosofia da mesma.

Em 1942, Carl Hempel publica um artigo de imensa influência para a filosofia da história: seu *The Function of General Laws in History*. Ali, observa-se uma mudança na direção das discussões filosóficas relativas à história⁸. De fato, no lugar de preocupações de ordem metafísica, a proposta de Hempel faz-se no campo da epistemologia da história. A indagação feita no texto, já indicada por seu título, é relativa à explicação histórica. Em particular, o papel desempenhado por leis gerais (a exemplo daquelas das ciências matematizadas) para a construção do conhecimento pelas mãos do historiador é o objeto de estudo do artigo seminal do alemão. O argumento hempeliano dos *explanation sketches*, embora problemático⁹, abre novas possibilidades para o fazer filosófico concernente à história.

Entre as décadas de 1940 e 1970, domina, ao menos no mundo anglófono, uma postura decisivamente influenciada pela emergente filosofia da linguagem e por desenvolvimentos no campo da filosofia da ciência. Assim, a cientificidade da história, seus moldes explicativos, a possibilidade de conhecimento do passado por parte do historiador e temas semelhantes são trazidos à condição de protagonismo no antro da filosofia da história. Autores como William Walsh, Arthur Danto, William Dray, Morton White, L. B. Cebik e Patrick Gardiner ocupam-se, com efeito, de reflexões sobre a verdade das proposições do historiador, da(s) unidades(s) lógica do discurso historiográfico¹⁰ e sobre

⁸ O modelo substantivo da filosofia da história via-se, de fato, bastante abalado após a Primeira Guerra Mundial. Seu esgotamento deu-se, progressivamente, até a época dos trabalhos de Hempel e de outros autores a serem mencionados adiante. Com efeito, mesmo no campo da teoria da história, os moldes positivistas sentiram o impacto do evento em questão. O século XX é inaugurado, de fato, com algo que desafia profundamente a premissa da racionalidade do devir histórico. Assim, a filosofia da história busca outras searas para analisar. Os então recentes e efervescentes campos da filosofia da linguagem e da lógica

proposicional foram elegidos por muitos filósofos interessados na história como campos de onde lições importantes poderiam ser extraídas.

⁹ Uma crítica à filosofia hempeliana pode ser encontrada na obra de William Dray. Outra, talvez ainda mais contundente, é feita por Frank Ankersmit. Cf., em particular, Ankersmit (1983) e Dray (1977).

¹⁰ Uma vez mais, nota-se a aproximação entre filosofia da história e filosofia da linguagem. Da mesma forma como, neste campo, houve uma discussão a respeito da unidade lógica própria para a linguagem (a proposição, termos atômicos, etc.), há, naquele, semelhante

o lugar ocupado pela história no campo da ciência.

Contudo, apesar das aproximações entre filosofia e teoria da história observadas a partir das produções dos autores supracitados, ainda há diferenças marcantes entre os dois campos. Em particular, a proximidade de cada um dos campos com a *prática* do historiador faz-se ponto de diferenciação crucial entre os dois campos. Tal tópico ainda será mais profundamente explorado.

AS FRONTEIRAS, LIMITES E POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE FILOSOFIA DA HISTÓRIA E TEORIA DA HISTÓRIA NO SÉCULO XX

Certamente, a filosofia da história é um fenômeno de crise. Na incerteza de um futuro as filosofias aparecem como uma tentativa de repensar o passado, o presente e o futuro numa lógica significativa. Perante a historicidade do século XX, a anunciação de um tom pós-moderno e o advento da *linguistic turn*¹¹, tais filosofias se transfiguram de maneira a estreitar as relações entre filosofia da história e teoria da história. A ênfase da narrativa em detrimento a cientificidade foi um dos motivos para os filósofos da tradição hermenêutica da filosofia questionarem o caráter científico da produção histórica, a título de exemplo podemos citar Hayden White e Frank Ankersmit na década de 1970 com a filosofia narrativista da história, “esses filósofos enfatizaram a retórica da escrita da história, a não-redutibilidade da narrativa histórica a uma sequência de ‘fatos’ e o grau de construção que está envolvido na representação histórica” (Little, 2016, p. 23-24). Estas afirmações trouxeram para o âmbito destes dois campos questionamentos sobre as realidades do passado quanto ao caráter real dos conceitos científicos.

Com o narrativismo, novas searas se abriram para a análise do conhecimento histórico e historiográfico, assim como para as condições de sua produção¹². As teses de autores como White e Ankersmit trouxeram atenção para as questões estéticas do fazer historiográfico¹³, colocando fatores como o *representacionalismo* do discurso do historiador e a natureza (ao menos parcialmente) *construída* das categorias analíticas de que lança mão o pesquisador quando discute o devir. A partir das críticas estabelecidas pelo narrativismo à história enquanto saber que se pretende científico e (em alguma medida)

objetivo, um leque de possibilidades passa a ser observado na pesquisa filosófica relativa à história e à historiografia.

O narrativismo faz-se particularmente interessante na medida em que, por meio de seu *holismo*, estabelece uma distinção entre o devir histórico *per se* e a representação deste criada pelo historiador quando de sua pesquisa. Segundo tais concepções, a operacionalização de conceitos históricos como o *Renascimento* ocorre dentro de uma configuração de enredo, segundo a qual não há uma referência direta ao passado histórico, mas sim a construção de uma representação do mesmo, a ser avaliada de acordo com critérios estéticos no mínimo na mesma medida com que são avaliados em termos epistemológicos¹⁴.

Desse modo, se a teoria da história criticava a universalidade especulativa do seu “campo rival”, a filosofia da história do século XX (mais analítica e menos especulativa) começa a questionar o ultra-subjetivismo na construção historiográfica no período corrente. À luz deste embate, Jörn Rüsen (2005) questiona-se como a filosofia da história moderna — com a sua universalidade progressista que geralmente exclui os aspectos específicos de cada realidade — e a teoria da história pós-moderna — acusada de um típico particularismo, o qual gera uma certa desarticulação temporal e possibilita um relativismo histórico — podem dialogar na otimização da produção histórica. Como solução para tal problema, o autor acrescenta a categoria de universalidade ao ser humano e a de particularidade à cada cultura específica, logo, a história tem o seu caráter hermenêutico ao olhar o outro na medida em que o insere num processo histórico consolidado evitando o relativismo.

Para além de discussões sobre o sentido da história ou o relativismo histórico, a filosofia contemporânea da história consiste em refletir sobre o próprio conhecimento histórico e sua produção, ou seja, examinar os problemas dos historiadores no que tange a explicação, historicidade, construção de modelos e métodos. Logo, a “filosofia da história renovada representa um ganho metódico” (Berbert, 2010, p. 190), ao juntar a universalidade e particularidade, refletir sobre a natureza das estruturas históricas, evitar o argumento puramente teleológico ou narrativo estilístico, esta espécie de ontologia histórica auxilia, em certa medida, na cientificidade da história e das teorias que postulam o fazer historiográfico. Em última instância, “cada vez mais a filosofia da história se torna

discussão. Via de regra, as proposições foram encaradas como fundamentais para a produção historiográfica. Contudo, uma outra ala da filosofia analítica da história defende os chamados *conceitos coligatórios* (ou simplesmente *coligações*) como unidade fundamental da história como campo de saber.

¹¹ Para uma discussão do tema, cf. Surkis (2012).

¹² Para uma análise das propostas do narrativismo em linhas gerais, cf. Bade (2024a). Uma análise mais aprofundada pode ser encontrada em Kuukkanen

(2015).

¹³ Cf. Bade & Ricon (2023). A obra de Hayden White como um todo é, também, essencial para as discussões em questão.

¹⁴ Uma vez mais, a obra de Jouni-Matti Kuukkanen constitui um precioso recurso para estudos semelhantes. Para uma análise específica do problema da referência no contexto do narrativismo, cf. Bechtluft Bade (2024b).

uma filosofia da historiografia profissional” (Ohara, 2014, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se em um primeiro momento compreender as características específicas tanto das filosofias da história quanto das teorias da história, seus distanciamentos e possíveis diálogos. Destarte, a teoria da história como um subcampo disciplinar é um horizonte obrigatório para o ofício de qualquer historiador, e não necessariamente é um campo visto como uma simples evolução das proposições das antigas filosofias da história, uma vez que a “rivalidade” e a constante separação entre os campos perdura ao longo dos séculos, todavia, é justo afirmar que tais filosofias geraram as condições necessárias para uma possível e emergente teoria da história no século XIX.

Os limites das ingerências de um campo no outro variam de acordo com os estágios do desenvolvimento histórico dos dois contextos. Contudo, observa-se uma tendência mais ou menos ubíqua da filosofia da história em afastar-se da prática do historiador, de suas metodologias e de seu fazer efetivo ao longo da produção do conhecimento historiográfico. De fato, a filosofia da história aparenta refletir sobre o produto finalizado da atividade do historiador, seja esta encarada como uma forma explicativa, um produto estético ou como um estágio num devir teleologicamente conduzido. Enquanto isso, a teoria da história afigura-se bastante atenta às questões do fazer historiográfico propriamente dito, aproximando-se deste na medida em que debate temas como a ética da pesquisa com o passado, as formas de analisar fontes criticamente, as possibilidades interdisciplinares da história e da historiografia e temas parecidos.

Apesar das diferenças postuladas previamente, percebe-se que os primeiros paradigmas historiográficos eram dotados de certa filosofia da história e as teorias consequentes utilizaram das suposições filosóficas sobre a história (o tempo, o sentido, a possibilidade de progresso, dentre outras) para elucidar e constituir o seu próprio campo. Portanto, as fronteiras entre os dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico são constituídas tanto de uma certa apropriação de conceitos quanto de uma delimitação de uma identidade própria por meio da alteridade inerente às duas disciplinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

BADE, Luiz Henrique Bechtluft. AS IDEIAS GERAIS DO NARRATIVISMO. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 256-279, maio 2024.

BADE, Luiz Henrique Bechtluft & RICON, Leandro Couto Carreira. Epistemologia e Estética: apontamentos sobre historiografia e formas de representação. **Revista**

Mosaico, v. 14, n. 2, p. 162-173, agosto 2023.

BARROS, José D.'Assunção. 'TEORIAS DA HISTÓRIA'E 'FILOSOFIAS DA HISTÓRIA': Considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS**, v. 19, n. 36, 2012.

BECHTLUFFT BADE, L. H. (2024). REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, 5(7), e575430. <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i7.5430>.

BELVEDRESI, Rosa Elena. Introducción a la filosofía de la historia. **Series: Libros de Cátedra**, 2016.

BERBERT JR, Carlos Oiti. Teoria da História e Filosofia da História: uma análise das relações da epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. **Dimensões**, n. 24, 2010.

CERTEAU, Michel de. **O lugar do outro**. Petrópolis: Vozes, 2021.

DRAY, William. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

HEMPEL, Carl. The function of general laws in History. **The Journal of Philosophy**. Vol. 39, n. 2, Janeiro, 1942, p. 35-48.

JULIÃO, José Nicolao. **Ensaio de introdução à filosofia da história**. Porto Alegre: Veritas, v. 55, n. 3, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. Postnarrativist Philosophy of Historiography. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

LITTLE, Daniel. Filosofia da História. Tradução por Thomas Victor Conti. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2016 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016.

LÖWITH, Karl. **Historia del mundo y salvación: los presupuestos teológicos de la filosofía de la historia**. Katz editores, 2007.

OHARA, João Roolfo Munhoz. Tudo está estremeado: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise?. **Faces da História**, v. 1, n. 2, p. 73-80, 2014.

RÜSEN, Jörn. **History: Narration, interpretation, orientation**. Berghahn Books, 2005.

SURKIS, Judith. When was the Linguistic Turn ? A genealogy. **The American Historical Review**. Vol. 117, n. 3, Junho, 2012. p. 700-722.

WEBER, Max; **Ciência e política: duas vocações**; São Paulo; SP; Cultrix, 1967.

WHITE, Hayden. **Figural Realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2019.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative**: essays on History, Literature and Theory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.